

81% das empresas nacionais não promove a utilização de transportes públicos, indica estudo

31 de Julho, 2017

87% das empresas não promove a utilização de transportes públicos junto dos seus colaboradores, através de subsídios ou qualquer outro tipo de compensação. Em Portugal, 81% das empresas nacionais não promove também e de uma forma ativa, a utilização de outros transportes.

Estas são algumas das conclusões apontadas pela consultora nas áreas de Bem-Estar, Saúde, Pensões, Investimentos e Carreiras, Compensação e Benefícios – Mercer – num estudo internacional de Política Automóvel nas empresas, “Company Cars Policy Survey 2017”.

No que diz respeito a políticas verdes, segundo o estudo da Mercer, 71% das empresas portuguesas admite, ainda, não planear a implementação de políticas que limitam ou reduzam o número de automóveis e apenas 10% pensa alterar esta prática nos próximos dois anos. No entanto, 22% admite já ter implementado a introdução de automóveis híbridos ou elétricos nas suas frotas e 29% refere a intenção de o fazer nos próximos dois anos. Quase metade (49%) refere não planear adicionar automóveis híbridos ou elétricos à sua frota, sendo que 53% referiram que não faz parte da sua estratégia limitar o seu parque automóvel a veículos com baixas emissões de CO2.

“Atualmente assistimos a uma crescente preocupação por parte das organizações no que se refere à adoção de políticas verdes em contexto empresarial. No entanto, esta realidade ainda não se reflete de uma forma significativa nas opções concretizadas pelas mesmas, devido sobretudo aos custos que estas alterações implicam. Com este estudo, desenvolvido pela Mercer, partilhamos as principais tendências na área, de forma a alertar para algumas questões que podem ser eventualmente revistas de um ponto de vista organizacional”, refere Tiago Borges, Business Leader de Career da Mercer Portugal.

Por outro lado, o estudo destaca ainda que 67% das empresas utiliza o critério do número de meses para a troca de automóvel, sendo que a maioria (62%) procede à substituição quando os veículos têm entre 3 a 4 anos.

Relativamente ao tipo de política automóvel que as empresas portuguesas inquiridas adotam, 43% opta por uma política local, 33% admite ter uma política local mas com intervenção da organização-mãe e 24% rege-se por uma estratégia global. Das empresas inquiridas, mais de metade (59%) gere a sua política automóvel a partir do departamento de Recursos Humanos. Em 22% das empresas inquiridas, esta responsabilidade está no departamento Financeiro.

Do vasto universo de opções que as organizações, hoje em dia, encontram à sua disposição para construir a sua frota automóvel, este estudo revela que 71% das mesmas não tem veículos próprios e 90% opta pelo leasing dos mesmos.

No que se refere aos custos, metade (50%) das empresas que possuem veículos próprios oferecem o combustível na totalidade aos seus colaboradores, sendo que 42% apenas o fornece para uso profissional. Por outro lado, e no que se refere ao regime de leasing, apenas 43% das empresas garantem a totalidade do combustível e 35% apenas o oferece para uso profissional.

O critério mais frequente (81%) para a cedência de um automóvel é a posição que o colaborador ocupa. O segundo critério mais utilizado é a necessidade de serviço (74%). Em muitos casos, torna-se difícil alocar automóveis a todos os colaboradores de uma empresa, sobretudo quando estes são em grande número. Neste caso, os colaboradores vêm-se forçados a utilizar o seu veículo próprio, sendo que uma grande percentagem das empresas auscultadas (71%) não concede qualquer tipo de ajuda de custo nesta situação.

As organizações que concedem ajudas de custo aos seus colaboradores devido à utilização de automóvel têm como principais fatores para determinar o subsídio a pagar os custos de providenciar um veículo (57%) e os custos de manutenção e seguros (29%). Apurou-se ainda que 43% das empresas cobre os custos de combustível para colaboradores que utilizem o seu veículo próprio.